PROVÃO 2002

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PROVA ①

CADERNO DE QUESTÕES

DIREITO

Instruções

1- Você está recebendo o seguinte material:
a) este caderno com o enunciado das questões **discursivas,** das questões **objetivas**, e das questões relativas às suas **impressões sobre a prova**, assim distribuídas:

Partes	Questões	Páginas	Peso de cada parte
Questões discursivas	1 a 4*	2	50%
Rascunho das questões discursivas	1 a 4	3	
Questões objetivas	1 a 40	4 a 9	50%
Impressões sobre a prova	41 a 51	10	

* Dentre as 4 questões propostas responda somente 2.

b) 1 Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas e de impressões sobre a prova. O desenvolvimento e as respostas das questões discursivas deverão ser feitos a caneta esferográfica de tinta preta e dispostos nos espaços especificados.

2- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome na Folha de Respostas está correto. Caso contrário, notifique imediatamente a um dos Responsáveis pela sala.

3- Após a conferência do seu nome na Folha de Respostas, você deverá assiná-lo no espaço próprio, utilizando caneta esferográfica de tinta preta, e imediatamente após deverá assinalar, também no espaço próprio, o número correspondente à sua prova ①, ②, ③ ou ④.
Deixar de assinalar o gabarito implica anulação da parte objetiva da prova.

4- Na Folha de Respostas, a marcação das letras correspondentes às respostas assinaladas por você para as questões objetivas (apenas uma resposta por questão), deve ser feita preenchendo todo o alvéolo a lápis preto nº 2 ou a caneta esferográfica de tinta preta, com um traço contínuo e denso.

Exemplo: A B C **D** E

5- Tenha cuidado com a Folha de Respostas, para não a dobrar, amassar ou manchar.

6- Esta prova é individual, sendo vedadas qualquer comunicação e troca de material entre os presentes, consultas a cadernos ou anotações, ou utilização de calculadora.

7- Será permitida consulta a qualquer material impresso.

8- Quando terminar, entregue a um dos Responsáveis pela sala a Folha de Respostas e assine a Lista de Presença. Cabe esclarecer que nenhum graduando deverá retirar-se da sala antes de decorridos 90 (noventa) minutos do início do Exame.

9- Você pode levar este Caderno de Questões.

OBS.: Caso ainda não o tenha feito, entregue ao Responsável pela sala as respostas ao questionário-pesquisa e as eventuais correções dos seus dados cadastrais. Se não tiver trazido as respostas ao questionário-pesquisa, você poderá enviá-las diretamente à DAES/INEP (Esplanada dos Ministérios, Bloco L - Anexo II - Brasília, DF - CEP 70047-900).

10- Você terá 4 (quatro) horas para responder às questões discursivas, objetivas e de impressões sobre a prova.

OBRIGADO PELA PARTICIPAÇÃO!

Atenção:

- **Devem ser respondidas somente duas das quatro questões propostas.**
- **Uma das questões deverá ser respondida na frente da Folha de Respostas e a outra no verso.**
- **Assinale, na frente e no verso, o número correspondente à questão escolhida.**
- **Valor de cada questão 50,0 pontos.**

Questão 1

Armando e Flávio moram e trabalham na periferia da cidade de Lençóis, em sítios contíguos, separados apenas por uma cerca, que divide as duas propriedades.

Armando trabalha no sítio Garça Branca, onde há criação de galinhas e porcos e plantação de milho e hortaliças. A propriedade é da família Bartô, que reside no centro da cidade e utiliza o sítio exclusivamente para lazer, consumindo toda a produção, não o explorando comercialmente.

Flávio trabalha no sítio Colibri, onde também há criação de galinhas e porcos e plantação de feijão, milho e frutas. A propriedade é da família Gastão que ali reside. Comercializam tudo o que produzem, retirando seu sustento da venda de sua produção.

Armando e Flávio cumprem jornada das 6:00 horas às 15:00 horas, com uma hora de intervalo para refeição, de 2ª feira a sábado, com folgas aos domingos e cuidam ambos de todos os afazeres dos sítios.

Tendo em conta as propriedades em que trabalham e suas finalidades, bem como a destinação dos serviços prestados, responda, justificadamente, se Armando e Flávio são empregados urbanos, rurais, ou domésticos e se têm direito ao registro do contrato de trabalho, salário mínimo, férias, 13º salário e horas extras.

Questão 2

"A parte da natureza varia ao infinito. Não há, no universo, duas coisas iguais. Muitas se parecem umas às outras. Mas todas entre si diversificam. Os ramos de uma só árvore, as folhas da mesma planta, os traços da polpa de um dedo humano, as gotas do mesmo fluido, os argueiros do mesmo pó, as raias do espectro de um só raio solar ou estelar. Tudo assim, desde os astros, no céu, até os micróbios do sangue, desde as nebulosas no espaço, até os aljôfares do rocio na relva dos prados.

A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualam. Nesta desigualdade social proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, do orgulho, ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo, não dar a cada um, na razão do que vale, mas atribuir o mesmo a todos, como se todos se equivalessem."

(BARBOSA, Rui. **Oração aos Moços**. 18. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001, p. 53-55)

A partir desse texto, analise a validade da adoção da discriminação positiva no Brasil, oferecendo exemplos; a relação entre o princípio da igualdade e o da proporcionalidade, a possibilidade de o juiz decidir unicamente com base no princípio da eqüidade.

Questão 3

Manoel, proprietário de fazendas nos Municípios **A** e **B**, adquiriu do fabricante **Y** uma quantidade de veneno para matar formigas. Esse produto exige um pulverizador apropriado para sua aplicação.

Embora existindo no mercado outros produtos cujo uso não depende de equipamento específico, preferiu Manoel comprar o veneno fabricado por **Y**, em razão de seu baixo preço, adquirindo do fabricante **X** o pulverizador necessário que foi entregue no dia 08/4/2002 na fazenda do Município **A**, conforme o combinado.

O veneno também deveria ser entregue no município **A**, até o dia 04/4/2002. **Y**, porém, mandou entregá-lo no Município **B**, por ser mais próximo da fábrica, no dia 02/4/2002. O comprador, entretanto, não autorizou o recebimento, exigindo que o veneno fosse levado até a fazenda localizada no Município **A**, onde chegou no dia 09/4/2002.

Ocorreu, todavia, que no dia 06/4/2002, a plantação em que o inseticida seria empregado, no Município **A**, foi destruída pelas formigas.

Esclareça, fundamentadamente, se Y deve alguma indenização para Manoel.

Questão 4

A pessoa jurídica **X** tem como sócios **A** e **B**, o primeiro com 98% das cotas sociais e o segundo com 2%. O primeiro dirige a empresa. O segundo atua na parte de produção. A polícia estadual descobriu que o funcionário **C**, por ordem do sócio **A**, adquiriu notas fiscais de empresa inexistente (empresa fantasma). Com a contabilização das notas fiscais "frias", a empresa conseguiu pagar menos imposto de renda (tributo federal) e menos imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (tributo estadual). Vindo o inquérito a juízo, o Promotor de Justiça estadual, descrevendo os fatos antes referidos, ofereceu denúncia, imputando aos sócios **A** e **B** e ao funcionário **C** a prática dolosa de crime contra a ordem tributária. Capitulou as condutas dos denunciados no artigo 2º, I, da Lei 8.137/90, porque, de comum acordo, teriam empregado fraude para que a empresa **X** se eximisse, parcialmente, do pagamento do ICMS. Requereu, ainda, a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público federal para que, se fosse o caso, viesse a ser oferecida outra denúncia em relação à sonegação do imposto de renda perante a Justiça Federal. O juiz estadual não recebeu a denúncia por três motivos: a) incompetência da Justiça Estadual; b) impossibilidade de ser incluído na denúncia o sócio **B**; c) erro no enquadramento do fato no artigo 2º, I, da Lei 8.137/90, pois o correto seria enquadrá-lo no artigo 1º, IV, da mesma lei.

Analise a decisão e esclareça se procedem os motivos aventados pelo juiz e se serviriam, efetivamente, para justificar o não recebimento da denúncia.

ASSINALE AO LADO A QUESTÃO ESCOLHIDA, CONFORME O MODELO: ▬

1	2	3	4

RASCUNHO

ASSINALE AO LADO A QUESTÃO ESCOLHIDA, CONFORME O MODELO: ▬

1	2	3	4

RASCUNHO

2ª PARTE

1. O direito subjetivo é

(A) a vontade individual de reivindicar um bem.

(B) o poder reservado aos magistrados.

(C) um conceito originário do "socialismo jurídico".

(D) um poder conferido pela norma jurídica para a ação de um sujeito.

(E) um interesse individual objetivo e determinado pela moral.

---

2. Estudiosos do direito destacam a diferença entre o direito "nos livros" e o direito "em ação". Temas como o cumprimento (ou não) das normas e a aplicação (ou não) de sanções sempre aparecem nesses estudos que se integram na

(A) Sociologia do Direito que trata da validade das normas.

(B) Filosofia do Direito centrada nos exames valorativos da justiça e da moralidade do ordenamento.

(C) Teoria Geral do Direito que vê na relação entre o ilícito e a sanção o núcleo da normatividade jurídica.

(D) Teoria Geral do Direito que privilegia o aspecto positivo do ordenamento jurídico.

(E) Sociologia do Direito que investiga a eficácia do direito.

---

3. Assim dispõe a Constituição Federal brasileira no parágrafo único de seu art. 1º: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição." A partir dessa norma, estrutura-se o regime constitucional democrático brasileiro, que tem como um de seus elementos

(A) o mandato imperativo, dado pelo povo aos seus representantes.

(B) a participação direta do povo no exercício do poder por meio da iniciativa popular de projetos de lei, de medidas provisórias e de emendas à Constituição.

(C) a impossibilidade de revogação, por decisão popular, do mandato dado pelo povo aos seus representantes.

(D) a eleição dos representantes do povo por voto direto, aberto, universal e periódico.

(E) o exercício da soberania popular de modo direto, por meio de institutos, como o *impeachment*.

4. "O todo sem a parte, não é todo;

a parte sem o todo não é parte;

mas se a parte o faz todo, sendo parte;

não se diga que é parte, sendo todo."

Certos aspectos desses versos de Gregório de Matos Guerra podem ilustrar o que decorre da estrutura constitucional do Estado brasileiro, pois, segundo ela,

(A) é impossível a secessão de Estados, já que estes detêm apenas autonomia.

(B) os Estados, sendo partes do todo, podem vir a ganhar soberania e formar um todo independente, mediante emenda constitucional.

(C) os Municípios, não sendo partes do todo, não detêm autonomia.

(D) dado seu caráter confederativo, a União, os Estados e os Municípios que a integram detêm autonomia.

(E) a União, correspondendo ao todo, é o único ente a deter autonomia.

---

5. Por motivo de convicção filosófica, José, convocado para prestar serviço militar, recusa-se a fazê-lo, negando-se também a cumprir prestação alternativa, fixada em lei. Para justificar sua conduta, afirma que a Constituição Federal acata, nesse caso, a objeção de consciência, sem prever sanção para o objetor. José está enganado, pois a Constituição

(A) não admite a objeção de consciência.

(B) inclui a hipótese figurada entre as que provocam perda ou suspensão de direitos políticos.

(C) admite a objeção de consciência apenas por motivos de crença religiosa.

(D) admite a objeção de consciência somente para dispensar o objetor da obrigatoriedade do voto.

(E) prevê, para a hipótese figurada, a detenção do objetor em dependências das Forças Armadas.

---

6. Duas Declarações de Direitos do século XVIII são consideradas marcos na evolução dos direitos humanos, porquanto trazem em si a idéia de direitos inatos ao homem, que à sociedade cabe respeitar. São elas

(A) a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, francesa, e o *Bill of Rights* da Constituição dos Estados Unidos da América.

(B) a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, francesa, e a Declaração de Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, russa.

(C) a Declaração de Direitos e Deveres da Constituição de Weimar, alemã, e o *Bill of Rights* da Constituição dos Estados Unidos da América.

(D) a Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia, norte-americana, e o *Bill of Rights* da Inglaterra.

(E) a Magna Carta, inglesa, e a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, francesa.

7. Como mecanismos de defesa do Estado em momentos de anormalidade constitucional, a Constituição brasileira prevê o estado de sítio e o estado de defesa,

(A) exigindo a autorização prévia do Congresso Nacional como condição necessária para a decretação de um e de outro.

(B) proibindo que durante a vigência de um ou de outro, o Presidente da República se ausente do país.

(C) excluindo, inteiramente, do controle jurisdicional a apreciação da constitucionalidade da decretação do estado de sítio.

(D) suspendendo as imunidades parlamentares durante a vigência do estado de defesa.

(E) exigindo o pronunciamento do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional sobre a decretação de um e de outro.

8. Visando à tutela das liberdades individuais, também no âmbito do Poder Judiciário, a Constituição brasileira estabelece que todas as decisões judiciais devem ser

(A) submetidas de ofício ao duplo grau de jurisdição.

(B) publicadas na íntegra no órgão oficial de imprensa.

(C) fundamentadas, sob pena de nulidade.

(D) proferidas em sessão pública, salvo nos processos que correm em segredo de justiça.

(E) exaradas na presença das partes ou de seus advogados.

9. Considere as seguintes afirmações sobre o instituto da reeleição:

I. A reeleição para a Chefia do Poder Executivo municipal somente é possível se o Prefeito, que pretende reeleger-se, tiver sido eleito por maioria absoluta de votos.

II. A reeleição para o mandato legislativo é permitida ao parlamentar, ainda que cônjuge de Governador do Estado, no território de jurisdição do Chefe do Poder Executivo estadual.

III. A reeleição para Governador de Estado é possível para um único mandato subseqüente, desde que o Chefe do Poder Executivo estadual se afaste do cargo até seis meses antes da eleição.

IV. A reeleição do Vice-Presidente da República para o mandato subseqüente não é vedada pela Constituição.

SOMENTE é correto o que se afirma em

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e III.

(D) II e IV.

(E) III e IV.

10. Considere o seguinte dispositivo da Lei nº 8.666/93, a qual estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos:

"*Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:*

(...)

XV - *o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidas ou executadas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;"*

Caso a Administração incida no atraso referido nesse dispositivo, não havendo uma das causas excepcionais que o justifique, o contratado

(A) poderá considerar o contrato rescindido de pleno direito.

(B) deverá pleitear judicialmente a rescisão do contrato, caso não se viabilize a rescisão amigável.

(C) poderá rescindir unilateralmente o contrato, desde que tenha suspendido sua execução e constatado que a situação não irá se normalizar.

(D) poderá rescindir de imediato e unilateralmente o contrato, invocando a "exceção do contrato não cumprido".

(E) deverá solicitar que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

11. "A praça! A praça é do povo

Como o céu é do condor."

A visão poética de Castro Alves encontra ressonância no Direito brasileiro vigente, pois neste as praças são consideradas bens

(A) de uso comum do povo, nelas se admitindo o exercício da liberdade de reunião, independentemente de autorização.

(B) de uso especial, incluindo tal uso o lazer e as relações sociais e políticas da população.

(C) de uso irrestrito, nelas não se admitindo limitação à liberdade de ir e vir do povo.

(D) dominicais, inalienáveis e afetados ao uso gratuito pelo povo.

(E) do patrimônio indisponível do Estado, não sujeitos à desafetação, nem à imprescritibilidade.

12. A regra que veda ao legislador, em matéria penal, estabelecer incriminações vagas e indeterminadas decorre do princípio da

(A) culpabilidade.

(B) igualdade.

(C) humanidade da pena.

(D) proporcionalidade.

(E) legalidade.

13. A possibilidade de o Ministério Público dispor da ação penal pública, propondo ao autor da infração de menor potencial ofensivo a aplicação imediata de pena não privativa de liberdade, sem oferecimento de denúncia e instauração de processo, é chamada de

(A) renúncia.

(B) composição dos danos civis.

(C) transação penal.

(D) perdão.

(E) suspensão condicional do processo.

14. O resultado é imprescindível para a consumação dos crimes

(A) comissivos.

(B) formais.

(C) de mera conduta.

(D) omissivos impróprios.

(E) omissivos próprios.

15. Considere as seguintes afirmações sobre os crimes culposos:

I. A culpa concorrente da vítima não exclui a do réu.

II. É possível a tentativa de crime culposo.

III. Para a configuração dos delitos culposos não se dispensa a previsibilidade do resultado.

IV. A imprudência resulta da falta de aptidão técnica.

SOMENTE é correto o que se afirma em

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e III.

(D) II e IV.

(E) III e IV.

16. Uma missionária estrangeira contrata advogado a fim de adquirir um imóvel em município brasileiro, para a criação de uma escola destinada a crianças carentes. Ela esclarece que o imóvel será adquirido com verba e em nome de uma fundação estrangeira, constituída e mantida pelo governo e sindicatos daquele país, com finalidade de promover a educação cristã. Segundo a legislação ordinária brasileira

(A) não há qualquer impedimento à aquisição de imóvel nessa circunstância.

(B) não é possível tal aquisição por se tratar de uma fundação de fins religiosos.

(C) a compra só será possível se o imóvel estiver situado em área urbana.

(D) a compra só poderá ocorrer caso a adquirente nomeie procurador no Brasil, investido de poderes específicos para esta finalidade.

(E) não será possível a compra do imóvel por se tratar de entidade constituída por governo estrangeiro.

17. "A sua tendência é para isolar a política da vida privada, não deixá-la converter-se em prevenção pessoal, em princípio de seleção, circunscrever os seus efeitos e antagonismos. A sociedade que convida para sua casa não é política; homens de ambos os partidos freqüentam-no com a mesma franqueza e assiduidade; na sua correspondência avultam tanto os pedidos de conservadores proeminentes, quando ele é ministro em 1866, como de liberais; ele recomenda quase tantas eleições ou pretensões de adversários políticos como de partidários seus, não compreendendo assembléias unânimes, nem a ausência, no parlamento, dos homens notáveis do país, das capacidades provadas e reconhecidas. Sua benignidade é refratária aos preconceitos, formas consagradas, hábitos acumulados do político de profissão, que vive em grupo, com os instintos, a sensibilidade, as paixões, o temperamento coletivo, em lugar da sua própria inclinação. Pela mesma disposição, não levava a mal nenhuma censura nem crítica, tratava-as objetivamente, pelo valor que tivessem; respondia ao que pudessem ter de ofensivo, dobrando-lhes a ponta, arrancando-lhes a cúspide, nada mais."

(NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. 5. ed. Rio de Janeiro: Top Books, 1997, v. II, p. 1111).

O texto acima, em que Joaquim Nabuco revela traços característicos de seu pai, suscita questões relevantes dos direitos da personalidade, em relação aos quais é possível afirmar que

(A) os homens públicos não têm direito à vida privada e por isso devem atender a todos.

(B) nenhuma referência ao homem público, no tocante à sua atividade política, pode ser entendida como ofensiva à sua honra.

(C) nem toda crítica ao homem público acarreta-lhe o dano moral, devendo-se distinguir entre a simples opinião contrária e a ofensa.

(D) o ingresso na vida pública importa renúncia aos direitos da personalidade, que se regulam pelo direito privado.

(E) a intimidade e a honra não são direitos da personalidade do homem público e, por isso, sua violação só enseja o pagamento de indenização.

18. A Lei Municipal nº 01, de 15/6/1992, estabelece que os lotes de imóveis urbanos não poderão ter área menor do que 125 m^2. João é proprietário de uma área de 300 m^2 e deseja vendê-la.

A Lei Municipal nº 02, de 10/1/2002, publicada no dia seguinte e com prazo de *vacatio* de um ano, aumentou, entretanto, a área mínima dos lotes urbanos para 250 m^2.

Em 19/4/2002, João, mediante escritura pública, vendeu para Augusto e Pedro referida área, dividindo-a geodesicamente de modo que cada um ficou com um lote de 150 m^2, abrindo-se novas matrículas no Serviço de Registro de Imóveis, em 20/5/2002. Nesse caso, as vendas são

(A) anuláveis, porque o contrato foi celebrado em fraude à lei.

(B) válidas e não serão prejudicadas pela Lei nº 02.

(C) nulas, porque ilícitos os objetos.

(D) tidas como inexistentes, permanecendo João como proprietário da área toda.

(E) ineficazes, porque os compradores terão de promover a unificação dos lotes.

---

19. Antônio, que possui três irmãos, recebeu por doação de seu pai um bem imóvel. Nesse caso, concorrendo com seus irmãos, o donatário,

(A) se não foi dispensado da colação, terá de conferir a doação quando se abrir a sucessão do doador.

(B) mesmo com o registro da escritura de doação, só adquirirá o domínio do imóvel após a morte do doador, porque os bens só se transmitem de ascendente para descendente pela sucessão hereditária.

(C) para adquirir a propriedade do imóvel, não necessita registrar a escritura de doação, pois o registro, para transferir o domínio, só é exigível na hipótese de venda e compra.

(D) até a abertura da sucessão do doador, não poderá ter a posse do imóvel, exceto se prestar caução.

(E) terá de cancelar o registro da escritura de doação quando se abrir a sucessão do doador, trazendo o imóvel para partilha, mas lhe será garantida preferência a fim de que componha o seu quinhão hereditário.

---

20. Em relação ao pátrio poder considere as seguintes afirmações:

I. Os filhos menores, submetidos ao pátrio poder, não devem obediência e respeito aos pais, se estes não puderem atender a todas as necessidades de alimentação, vestuário e lazer.

II. O pátrio poder é exercido em igualdade de condições pelo pai e pela mãe.

III. O pátrio poder é exercido apenas em relação aos bens dos filhos menores e não quanto à pessoa destes.

IV. Perderá o pátrio poder, por ato judicial, o pai ou mãe que castigar imoderadamente os filhos.

SOMENTE é correto o que se afirma em

(A) I e II.
(B) I e III.
(C) II e III.
(D) II e IV.
(E) III e IV.

21. Sobre a sociedade em conta de participação, é possível afirmar que

(A) sua constituição exige pelo menos dois sócios, dos quais um contribuirá para a sociedade com trabalho e o outro com capital.

(B) nenhum sócio é pessoalmente responsável perante terceiros pelas obrigações sociais, desde que atuando dentro dos limites do objeto social.

(C) seu capital social deve ser integralizado apenas em dinheiro.

(D) seus atos constitutivos devem ser arquivados concomitantemente na Junta Comercial local e no Serviço de Registro de Pessoas Jurídicas.

(E) sua estrutura pressupõe a existência de um sócio oculto, que se obriga exclusivamente perante o sócio ostensivo.

---

22. Os valores mobiliários que garantem a seus titulares um direito de crédito contra a companhia, e cujas características, inclusive eventual garantia real ou flutuante, se encontram estabelecidas na escritura de emissão, são

(A) ações.

(B) debêntures.

(C) partes beneficiárias.

(D) créditos documentários.

(E) bônus de subscrição.

---

23. Para responder a esta questão considere o art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

Art. 442. *Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.*
Parágrafo único. Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.

De acordo com o art. 442, *caput* e parágrafo único,

(A) a prestação formal de serviços por cooperativa exclui qualquer possibilidade de configuração de contrato de trabalho.

(B) provada a existência de cooperativa, ainda que informal, não poderá haver reconhecimento de contrato de trabalho.

(C) a existência formal de cooperativa e a demonstração de que não estão presentes os requisitos configuradores da relação de emprego importam o não reconhecimento de contrato de trabalho.

(D) a despeito da existência de cooperativa, ocorrendo qualquer tipo de prestação de serviços por pessoa física, haverá o reconhecimento de contrato de trabalho.

(E) desde que os serviços sejam prestados por pessoa física, haverá sempre reconhecimento de contrato de trabalho, independentemente da forma da prestação.

24. A parcela paga a título de participação nos lucros da empresa

(A) tem natureza salarial e pode ser ajustada individualmente entre empregado e empregador.

(B) não tem natureza salarial e pode ser ajustada individualmente ou por acordo coletivo.

(C) não tem natureza salarial e deve ser ajustada individualmente entre empregado e empregador.

(D) não tem natureza salarial e deve ser ajustada por comissão escolhida pelas partes com um representante sindical ou por convenção ou por acordo coletivo.

(E) tem natureza salarial e deve ser ajustada por comissão escolhida pelas partes com um representante sindical, por convenção ou acordo coletivo.

25. Empregado e empregador, a fim de solucionar conflito decorrente do contrato de trabalho, recorrem à Comissão de Conciliação Prévia e chegam a um acordo. O termo de conciliação, firmado em razão do acordo, tem eficácia liberatória

(A) restrita, não valendo como título executivo extrajudicial.

(B) geral, sem possibilidade de ressalvas, não valendo como título executivo extrajudicial.

(C) restrita, sem possibilidade de ressalvas, não valendo como título executivo extrajudicial.

(D) geral, com possibilidade de ressalva expressa, não valendo como título executivo extrajudicial.

(E) geral, com possibilidade de ressalva expressa, valendo como título executivo extrajudicial.

26. No procedimento sumaríssimo, em processo do trabalho, os pedidos deverão ser certos e determinados,

(A) com indicação dos valores líquidos, não se admitindo a notificação inicial do reclamado por edital.

(B) com indicação dos valores líquidos, podendo a notificação inicial do reclamado ser direta ou por edital.

(C) ainda que os valores não sejam indicados de forma líquida, podendo haver a notificação inicial do reclamado por edital.

(D) ainda que os valores não sejam indicados de forma líquida, devendo ser direta a notificação inicial do reclamado.

(E) com indicação dos valores líquidos, sendo por edital a notificação inicial do reclamado.

27. No processo do trabalho, é cabível o recurso ordinário

(A) das sentenças das Varas do Trabalho em todos os tipos de procedimento.

(B) das sentenças das Varas do Trabalho nos procedimentos ordinário e sumaríssimo e dos acórdãos dos Tribunais Regionais do Trabalho apenas em processos de sua competência originária.

(C) das sentenças das Varas do Trabalho e de todas as decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho, em todos os tipos de procedimento.

(D) das decisões das Varas do Trabalho nos procedimentos ordinário, sumário e sumaríssimo e das decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho apenas em processos de sua competência derivada.

(E) dos acórdãos dos Tribunais Regionais do Trabalho em todos os tipos de procedimento.

28. A competência, segundo o Código de Processo Civil,

(A) perpetua-se no momento da citação, quando a ação é considerada efetivamente proposta.

(B) é do foro do domicílio do credor, com exclusão de qualquer outro, na ação de alimentos.

(C) é absoluta para a ação reivindicatória de bem imóvel, sendo, portanto, improrrogável.

(D) gera, para todas as autoridades públicas, juízo privilegiado.

(E) se for relativa, é argüível em preliminar, na contestação.

29. **A** promove ação de execução contra **B** (emitente) e **C** (avalista), em razão de um crédito contido em uma nota promissória, no valor de R$ 60.000,00. Após a penhora, incidente sobre um imóvel de **B**, este executado opõe embargos do devedor, que vêm a ser rejeitados liminarmente por intempestividade. Diante da insuficiência da garantia do juízo, é penhorado um veículo do avalista **C**, que é devidamente intimado da constrição judicial. Diante disso, é correto afirmar que

(A) o executado **B** pode embargar novamente, alegando inexistência da dívida, uma vez que se trata de uma segunda penhora.

(B) a falta de intimação do executado **C**, referente à penhora do imóvel de **B**, gera nulidade do processo de execução.

(C) se o executado **B** estiver vivendo em união estável, a companheira deverá necessariamente ser intimada da penhora do imóvel.

(D) a companheira de **B**, com quem este vive em união estável, tem legitimidade para opor embargos de terceiro, com fundamento em excesso de execução.

(E) se houver oposição de embargos do devedor pelo executado **C**, versando pagamento da dívida, o credor não poderá desistir da execução sem o consentimento do embargante.

30. Em relação ao processo cautelar, previsto no Código de Processo Civil,

(A) o prazo de 30 dias para a propositura da ação principal deve ser obedecido em qualquer tipo de medida cautelar.

(B) a ação cautelar, sendo acessória, necessariamente terá de ser julgada em conjunto com a ação principal.

(C) não tem cabimento a concessão de liminar, porque esta é inerente apenas ao processo de conhecimento.

(D) a medida cautelar concedida liminarmente, se não executada no prazo de 30 dias, perde a eficácia, mas não impede que a ação principal seja julgada procedente.

(E) os pressupostos de cabimento do seqüestro são idênticos aos do arresto, em relação a bens imóveis.

31. **A** e **B**, casados, movem ação contra **C**, pleiteando a paralisação da obra que está sendo edificada por este último, sob o fundamento de que referida construção desobedece às normas técnicas exigidas pela Prefeitura e, também, pelo fato de estar causando sérios danos na estrutura do imóvel vizinho, em que os autores residem. Durante a fase instrutória, os autores requerem a realização de prova pericial e testemunhal. Por seu turno, o réu pede o depoimento pessoal dos autores. Produzidas as provas, o juiz, não convencido ainda do direito dos autores, realiza a inspeção judicial para verificar qual a situação real ocorrente, a fim de melhor solucionar o litígio. Nesse caso,

(A) o juiz poderia realizar a inspeção judicial, independentemente do requerimento das partes.

(B) o juiz poderá julgar improcedente o pedido, com base apenas na prova testemunhal, deixando de apreciar as demais provas.

(C) existe hierarquia entre as provas requeridas pelos autores na formação da convicção do juiz.

(D) o juiz pode exigir que a testemunha, residente em outra comarca, compareça à sede do juízo, pois tem o dever de colaborar com a Justiça.

(E) recusando-se os autores a prestar depoimento pessoal, não ficam sujeitos à confissão, uma vez que tal espécie de prova só se relaciona com o réu.

---

32. Em relação aos recursos no processo penal,

(A) as razões devem acompanhar a petição de interposição, tanto no Código de Processo Penal, como na Lei dos Juizados Especiais Criminais.

(B) o protesto por novo júri e os embargos infringentes, no Código de Processo Penal, são recursos exclusivos do acusado, não podendo ser interpostos em favor da acusação.

(C) o rol de hipóteses de cabimento do recurso em sentido estrito do Código de Processo Penal não é, segundo orientação dominante da jurisprudência, taxativo, admitindo-se amplamente a analogia.

(D) os embargos de declaração, conforme disposição expressa do Código de Processo Penal, suspendem o prazo da apelação.

(E) cabe carta testemunhável da decisão que denega a apelação.

---

33. A representação, nos crimes de ação penal pública condicionada,

(A) é irretratável, durante a investigação criminal e durante o processo até a sentença.

(B) pode ser oferecida por qualquer pessoa do povo em favor de ofendido órfão.

(C) deve ser oferecida até seis meses após o fato, sob pena de decadência.

(D) não vincula o Ministério Público que, assim, pode denunciar pessoa diversa da apontada na representação.

(E) em caso de ofendido menor, com idade entre 18 e 21 anos, só pode ser oferecida pelo representante legal.

Instruções: As questões de números 34 a 40 contêm duas afirmações. Assinale, na folha de respostas,

(A) se as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.

(B) se as duas são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.

(C) se a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.

(D) se a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.

(E) se as duas são falsas.

34. O Delegado de Polícia não pode arquivar inquérito policial

PORQUE

o arquivamento do inquérito policial deve ser determinado pelo membro do Ministério Público.

---

35. Para proteção de direito líquido e certo, violado por ilegalidade ou abuso de poder de autoridade pública, nem sempre o mandado de segurança será o remédio constitucional cabível

PORQUE

o campo de aplicação do mandado de segurança define-se por exclusão, cabendo impetrá-lo quando o direito líquido e certo não for amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.

---

36. O empregado tem direito a receber cumulativamente os adicionais de insalubridade e de periculosidade, quando trabalhar em ambiente insalubre e também perigoso

PORQUE

os adicionais de insalubridade e de periculosidade integram o patrimônio do empregado, não mais podendo cessar o seu pagamento, ainda que cessados os efeitos dos agentes agressivos, sob pena de configurar-se alteração contratual ilegal.

---

37. O banco pode garantir o pagamento de um cheque contra ele sacado, avalizando-o

PORQUE

o avalista de um cheque se obriga solidariamente com o avalizado.

---

38. A locação de um imóvel urbano entre uma pessoa física, como locadora, e uma pessoa jurídica, como locatária, a fim de que no imóvel resida um de seus diretores, não é considerada residencial

PORQUE

a lei considera locação para temporada aquela em que o locatário for pessoa jurídica e o imóvel se destinar à moradia de seus diretores.

---

39. A Administração Pública pode anular seus atos, por motivo de ilegalidade, independentemente de manifestação do Poder Judiciário

PORQUE

o poder de polícia é próprio da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

---

40. A Filosofia do Direito preocupa-se com o fundamento ético do sistema jurídico, com os problemas lógicos do conceito de Direito e com a concretização dessas exigências éticas e lógicas na ordem social e histórica do Direito Positivo

PORQUE

a Filosofia do Direito implica compreender a experiência jurídica na unidade de seus elementos ético, lógico, social e histórico.

IMPRESSÕES SOBRE A PROVA

As questões abaixo visam a levantar sua opinião sobre a qualidade e a adequação da prova que você acabou de realizar e também sobre o seu desempenho na prova.

Assinale as alternativas correspondentes à sua opinião e à razão que explica o seu desempenho nos espaços próprios (parte inferior) da Folha de Respostas.

Agradecemos sua colaboração.

41. Qual o ano de conclusão deste seu curso de graduação?

(A) 2002.
(B) 2001.
(C) 2000.
(D) 1999.
(E) Outro.

42. Qual o grau de dificuldade desta prova?

(A) Muito fácil.
(B) Fácil.
(C) Médio.
(D) Difícil.
(E) Muito Difícil.

43. Quanto à extensão, como você considera a prova?

(A) Muito longa.
(B) Longa.
(C) Adequada.
(D) Curta.
(E) Muito curta.

44. Para você, como foi o tempo destinado à resolução da prova?

(A) Excessivo.
(B) Pouco mais que suficiente.
(C) Suficiente.
(D) Quase suficiente.
(E) Insuficiente.

45. A que horas você concluiu a prova?

(A) Antes das 14h30min.
(B) Aproximadamente às 14h30min.
(C) Entre 14h30min e 15h30min.
(D) Entre 15h30min e 16h30min.
(E) Entre 16h30min e 17h.

46. As questões da prova apresentam enunciados claros e objetivos?

(A) Sim, todas apresentam.
(B) Sim, a maioria apresenta.
(C) Sim, mas apenas cerca de metade apresenta.
(D) Não, poucas apresentam.
(E) Não, nenhuma apresenta.

47. Como você considera as informações fornecidas em cada questão para a sua resolução?

(A) Sempre excessivas.
(B) Sempre suficientes.
(C) Suficientes na maioria das vezes.
(D) Suficientes somente em alguns casos.
(E) Sempre insuficientes.

48. Como você avalia a adequação da prova aos conteúdos definidos para o Provão/2002, desse curso?

(A) Totalmente adequada.

(B) Medianamente adequada.

(C) Pouco adequada.

(D) Totalmente inadequada.

(E) Desconheço os conteúdos definidos para o Provão/2002.

49. Como você avalia a adequação da prova para verificar as habilidades que deveriam ter sido desenvolvidas durante o curso, conforme definido para o Provão/2002?

(A) Plenamente adequada.

(B) Medianamente adequada.

(C) Pouco adequada.

(D) Totalmente inadequada.

(E) Desconheço as habilidades definidas para o Provão/2002.

50. Com que tipo de problema você se deparou *mais freqüentemente* ao responder a esta prova?

(A) Desconhecimento do conteúdo.

(B) Forma de abordagem do conteúdo diferente daquela a que estou habituado.

(C) Falta de motivação para fazer a prova.

(D) Espaço insuficiente para responder às questões.

(E) Não tive qualquer tipo de dificuldade para responder à prova.

51. Como você explicaria o seu desempenho na prova?

(A) Não estudei durante o curso a maioria desses conteúdos.

(B) Estudei somente alguns desses conteúdos durante o curso, mas não os aprendi bem.

(C) Estudei a maioria desses conteúdos há muito tempo e já os esqueci.

(D) Estudei muitos desses conteúdos durante o curso, mas nem todos aprendi bem.

(E) Estudei e conheço bem todos esses conteúdos.